

## SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-BA

## Estudo Técnico Preliminar 10/2026

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 08655.000727/2026-41

### 2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação tem como objetivo a aquisição de água mineral natural, sem gás, em garrafão retornável visto que o consumo de água potável é imprescindível e fundamental à manutenção de um bom estado de saúde das pessoas.

2.2. A proposta de contratação em apreço justifica-se pelo imperativo de garantir a continuidade do fornecimento do referido material aos servidores, terceirizados e visitantes das Delegacias DEL02-BA (Feira de Santana), DEL04-BA (Senhor do Bonfim), DEL07-BA (Paulo Afonso), DEL08-BA (Vitória da Conquista), DEL09-BA (Eunápolis) e UOP - Teixeira de Freitas, da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal na Bahia (SPRF-BA), condições necessárias para o bom desempenho de suas atividades.

2.3. Além disso, a contratação visa atender a **Norma Regulamentadora nº 24 (NR 24) – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho**, item 24.6.1, senão vejamos:

*"Em todos os locais de trabalho deve ser fornecida aos trabalhadores **água potável e fresca**, em condições higiênicas e em quantidade suficiente para atender às necessidades individuais (grifos nossos)."*

2.4. O fornecimento de água potável ocorre por meio da instalação de galões de água mineral em suas unidades. A interrupção do serviço em questão causaria graves danos, sobretudo se levarmos em consideração as condições climáticas adversas atuais no estado da Bahia, assim como no Brasil como um todo.

2.5. É importante frisar que, em 2024 foi formalizada Ata de Registro de Preço (ARP) 01/2024 com a Superintendência Regional da Polícia Rodoviária da Bahia com a empresa Mel Distribuidora Ltda. CNPJ 50.911.223/0001-89, cujo objeto é o o registro de preços para a eventual contratação de líquido água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrafão de 20 litros, para as unidades operacionais, delegacias e sede da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal na Bahia (SPRF-BA), especificado no item 3 do Termo de Referência, anexo I do Edital de Licitação nº 6/2024 do PE nº 2/2024 (SEI nº 59413027), que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2.6. No cenário atual, a Superintendência da Bahia dispõe de 06 (seis) instrumentos contratuais vigentes para o fornecimento de água mineral (galões), firmados mediante adesão a atas de registro de preços, conforme tabela abaixo. Todavia, diante da sanção de impedimento de licitar e contratar com a União aplicada à empresa contratada, resta inviabilizada a prorrogação dos referidos prazos, o que impõe a necessidade de deflagrar novos processos de contratação para garantir a continuidade do serviço.

2.7. Considerando a heterogeneidade dos prazos de vigência dos contratos atuais, as novas contratações serão formalizadas de modo escalonado, em estrita observância aos respectivos termos finais. Todavia, a unificação do objeto em um único certame licitatório justifica-se pelos princípios da **eficiência e da economicidade**, visando à otimização dos recursos públicos e à obtenção de ganhos de escala para a Administração.

DISPENSA ELETRÔNICA/ADESÃO À ATA	CONTRATO	VIGÊNCIA INÍCIO	VIGÊNCIA FIM	VALOR
REGISTRO DE PREÇOS nº 01/2024 – DEL 02 - Feira de Santana	Contrato 1/2025 (62648573)	29/01/2025	29/01/2026	R\$ 5.976,60
REGISTRO DE PREÇOS nº 01/2024 – DEL 04 - Senhor do Bonfim	Contrato 22/2025 (65984641)	16/06/2025	16/06/2026	R\$ 4.294,80
REGISTRO DE PREÇOS nº 01/2024 – DEL 07 - Paulo Afonso	Contrato 12/2025 (64395905)	01/04/2025	01/04/2026	R\$ 6.347,00
REGISTRO DE PREÇOS nº 01/2024 – DEL 08 - Vitória da Conquista	Contrato 13/2025 (64416767)	24/04/2025	24/04/2026	R\$ 8.001,50
REGISTRO DE PREÇOS nº 01/2024 – DEL 09 - Eunápolis	Contrato 30/2025 (67490113)	16/09/2025	16/09/2026	R\$ 6.043,50
REGISTRO DE PREÇOS nº 01/2024 – UOP - Teixeira de Freitas (DEL09)	Contrato 51 /2025 (68098500)	16/09/2025	16/09/2026	R\$ 2.240,00

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SAD-BA	Tessia Ryana Martins de Andrade

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

#### Prazo de entrega

4.1. Após a assinatura do contrato, a empresa vencedora deverá aguardar a requisição de fornecimento de água para a entrega parcelada dos materiais. Tal medida é necessária por não haver espaço físico adequado para a guarda total dos materiais e visa, ainda, permitir o recebimento de galões recém envasados.

4.2. O prazo de entrega dos bens é de 3 (três) dias, contados do recebimento da requisição de fornecimento, que não será inferior a 10 (dez) galões.

4.2.1. As quantidades para cada unidade da SPRF-BA, com entrega parcelada, será informada pela contratante na requisição de fornecimento que será enviada para o e-mail do contratado, onde constará a quantidade e o local de entrega.

4.2.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço, conforme tabela abaixo:

Item	Unidade da SPRF-BA	Endereço
1	DEL 02 - Delegacia em Feira de Santana	BR 116, Km 429 - Feira de Santana/BA - CEP: 44.100-000
2	DEL 04 - Delegacia em Senhor do Bonfim	BR 407, Km 117 - Senhor do Bonfim/BA -
3	DEL 07 - Delegacia em Paulo Afonso	BR 110, Km 002 - Paulo Afonso/BA - CEP: 48.600-000
4	DEL 08 - Delegacia em Vitória da Conquista	BR 116, Km 830 - Vitória da Conquista/BA -
5	DEL 09 - Delegacia em Eunápolis	BR 101, Km 720 - Eunápolis/BA - CEP: 45.820-000
6	UOP de Teixeira de Freitas (unidade operacional)	BR 101, Km 880, Teixeira de Freitas/BA – 45.990-650

#### Sustentabilidade

4.3. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.3.1. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- Outras formas vedadas pelo poder público.

4.4. Deverão ser observados os critérios e diretrizes de sustentabilidade ambiental, nos termos do art. 6º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI/MPOG, podendo ser exigidos os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

- Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.
- Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído pelo Decreto nº 48 nº 48.138 de 08 de outubro de 2003.
- Observar a Resolução CONAMA nº 20 de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que geram ruído no seu funcionamento.

- d) Fornecer aos empregados equipamentos de segurança que se fizerem necessários à execução de serviços.
- e) Realizar programas interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual para redução do consumo de energia elétrica, de consumo de água e de redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais.
- f) Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos)
- g) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.
- h) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- i) Que os bens não contenham substâncias perigosas em Concentração acima da recomendada na diretiva ROHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), difenil- policromados (PBBs), éteres difenil-polibromados(PBDEs).

#### **Da exigência de amostra**

4.5. Não serão exigidas amostras, devido à especificidade do objeto e à exigência de laudos/testes de análise microbiológico da água, conforme detalhamento no item 4.4. deste Estudo.

#### **Da exigência de laudo**

4.6. A água é considerada um alimento pela Anvisa, conforme a RDC nº 173/2006. A agência possui regulamento técnico de industrialização e comercialização de Água Mineral, RDC nº 174/2006, de procedimentos operacionais aplicados aos produtores e/ou industrializadores de alimentos, RDC nº 275/2002, que foi incorporada pelo anterior; também possui regulamento técnico sobre as características microbiológicas da água mineral natural e água natural, RDC nº 275/2005, e sobre características mínimas de qualidade de água envasada, RDC nº 274/2005.

4.7. Considerando que o descumprimento das normas estabelecidas nas Resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária constitui infração sujeita as penalidades previstas na Lei nº 6.437/77, desta forma as empresas que participarão do certame deverão estar de acordo com a legislação e deverão apresentar laudo/teste de análise bacteriológica, assim como a certificação de limites para substâncias químicas que representam risco à saúde.

4.8. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar, juntamente com a proposta, laudo/teste de análise microbiológico da água, emitida por laboratórios habilitados pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde credenciados pela ANVISA, pelo Serviço de Vigilância em saúde, com a certificação de limites para substâncias químicas.

#### **Subcontratação**

4.9. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.10. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo:

4.10.1. Não há complexidade na presente licitação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;

4.10.2. A exigência da garantia pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo do certame.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

4.11. Dentre outras exigências usuais para o caso, o Termo de Referência deverá prever que caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente(LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 2% do valor total estimado da parcela pertinente.

4.12. A exigência da qualificação econômica-financeira é imprescindível para verificar se a empresa tem a capacidade de sustentar os custos da contratação e, desta forma, evitar a entrada de "aventureiros" na licitação.

#### **Qualificação Técnica**

4.13. Será exigido do licitante:

4.13.1. Laudo/teste de análise microbiológico da água, emitida por laboratórios habilitados pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde credenciados pela ANVISA, pelo Serviço de Vigilância em saúde, com a certificação de limites para substâncias químicas.

4.13.2. Rótulo da embalagem aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), conforme dispõe a Portaria MME nº 470, de 1999.

4.14. Tais documentos serão exigidos para verificar se o objeto está de acordo com a legislação.

4.15. Não será exigido atestado de capacidade técnica devido à especificidade do objeto.

#### **Natureza da atividade a ser contratada**

4.16. Conforme art. 2º da Portaria ME nº 7.828 de 2022 que estabelece normas complementares para o cumprimento do Decreto nº 10.193/2019:

*"Art. 2º Consideram-se atividades de custeio, para fins do disposto no art. 3º do Decreto nº 10.193, de 2019, aquelas diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais, tais como:*

*I - fornecimento de combustíveis, energia elétrica, água, esgoto e serviços de telecomunicação;*

*II - os serviços de conservação, limpeza, jardinagem, mensageria, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações;*

*III - realizações de congressos e eventos, serviços de publicidade, serviços gráficos e editoriais;*

*IV - aquisição, locação e reformas de imóveis;*

*V - aquisição, manutenção e locação de veículos, máquinas e equipamentos; e*

*VI - aquisição de materiais de expediente.*

*Parágrafo único. O enquadramento do objeto da contratação como atividade de custeio deve considerar a natureza das atividades contratadas, conforme disposto neste artigo, e não a classificação orçamentária da despesa."*

4.17. Assim sendo, partindo da classificação trazida pela referida Portaria, entende-se que a aquisição dos materiais pretendidos constituem como atividade de custeio.

#### **Catálogo eletrônico de padronização**

4.18. Conforme consulta ao [compras.gov.br](http://compras.gov.br), há publicação do catálogo eletrônico de padronização para o objeto a ser contrato.

#### **Bem de luxo**

4.19. O objeto não se enquadra como bem de luxo (art.20 de Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.818/2021).

#### **Indicação de marca ou modelo**

4.20. Na presente contratação não será admitida a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s).

#### **Fornecimento contínuo**

4.21. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que sua necessidade é permanente e contínua, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a otimização e celeridade dos fluxos e procedimentos de contratações anuais, desafogando os setores de compras e licitações com a repetição da demanda apresentada, bem como evitando eventuais interrupções do fornecimento.

4.22. Além disso, a unidade operacional e delegacias da SPRF-BA não possuem capacidade alta de armazenagem, o que traz o fornecimento parcelado e contínuo como uma forma eficiente para esta contratação.

4.23. Tal cenário coaduna com a Lei 14.133/21 em seu art. 6º:

*"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;" (grifo nosso)*

4.24. Desta forma, o prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Legislação**

4.25. A contratação de solução deverá respeitar as seguintes normas: Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto nº 67888/2023, Decreto nº 67985/2023, Decreto nº 68017/2023, Decreto nº 68.185 o o o /2023 e Decreto nº 68220/2023.

4.26. O fornecimento do objeto deve conter as condições e deverá estar de acordo com a RDC 717/22, RDC 275/05, RDC 259/02, Portaria 470/99 (mme), Portaria 387/08 (dnpm); ABNT NBR 14.328: 2011, NBR 14.638:2011, NBR 14.222:2013 e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa.

#### **Não adoção das condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado**

4.27. A administração pública está sujeita a um conjunto rigoroso de normas e procedimentos financeiros estabelecidos pela legislação vigente, como a Lei de Responsabilidade Fiscal e a de Diretrizes Orçamentárias. Estes regulamentos determinam prazos e condições de pagamento específicos que visam assegurar a transparência, legalidade e controle dos gastos públicos. Adotar condições de pagamento semelhantes às do setor privado poderia comprometer o cumprimento dessas normas.

4.28. Ademais, os pagamentos na administração pública devem ser planejados e previsíveis para garantir a adequada execução orçamentária e financeira. A adoção de condições de pagamento do setor privado, que podem incluir pagamentos imediatos ou adiantamentos, poderia desestabilizar o planejamento financeiro, dificultando a gestão eficiente dos recursos públicos e comprometendo outras obrigações financeiras da administração.

4.29. Pagamentos antecipados ou imediatos, comuns no setor privado, podem aumentar os riscos de inadimplência e fraudes. Na administração pública, o pagamento é geralmente condicionado à verificação e aceitação formal dos bens ou serviços recebidos, reduzindo os riscos de pagamento por produtos que não atendam às especificações contratuais ou por fornecedores que não cumpram integralmente suas obrigações.

4.30. As condições de pagamento diferenciadas poderiam favorecer indevidamente certos fornecedores, comprometendo a competitividade e a igualdade de condições no processo licitatório. As regras de pagamento uniformes garantem que todos os participantes da licitação sejam tratados de maneira equitativa, promovendo a justiça e a transparência no processo de contratação.

4.31. Assim sendo, a não adoção de condições de pagamento semelhantes às do setor privado na licitação para aquisição do objeto deste Estudo, é justificada pela necessidade de observar normas e procedimentos públicos, garantir planejamento e previsibilidade orçamentária, proteger o interesse público, mitigar riscos de inadimplência e fraudes, assegurar competitividade e igualdade de condições, conformidade com a realidade administrativa e salvaguarda dos recursos públicos. Esta abordagem garante uma gestão financeira responsável, eficiente e transparente, fundamental para a administração pública e a segurança dos agentes de segurança.

#### **Da participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**

4.32. Como o valor estimado da contratação de cada item é abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o procedimento licitatório será exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

## **5. Modalidade Licitatória**

5.1. Para a definição da modalidade licitatória, prima qualificar o objeto pretendido. Consoante descrito no tópico "Descrição da Necessidade" a pretensa licitação visa a aquisição de água mineral natural, potável e não gasosa. Para atender às necessidades da Superintendência da PRF na Bahia, delegacia e unidades operacionais.

5.2. Os bens podem ser qualificados como comuns ou especiais, conforme definição disposta nos incisos XIII e XIV do artigo 6º da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.1333, de 2021):

*"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*[...]*

***XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;***

***XIV - bens e serviços especiais: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso XIII do caput deste artigo, exigida justificativa prévia do contratante;"*** (grifo nosso)

5.3. Como descrito no inciso XIII reproduzido, bens comuns devem possibilitar que seus padrões de desempenho e qualidade sejam definidos de forma objetiva e por meio de especificações conhecidas e habituais de mercado. Salienta-se que mesmo bens complexos podem ser caracterizados como comum, desde que presentes tais requisitos, conforme jurisprudência do TCU, a exemplo do exarado no Acórdão 188/2010 Plenário, cujo sumário reproduz-se a seguir:

*"Ainda que os serviços objeto da licitação possam sugerir, a priori, certa complexidade, não há óbices para que sejam enquadrados como serviços comuns, eis que pautados em especificações usuais de mercado e detentores de padrões objetivamente definidos no edital."*

5.4. Desta forma, objeto a ser licitado, **aquisição de água mineral natural, potável e não gasosa** enquadram-se como bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo termo de referência, com especificações usuais de mercado, cujo o julgamento das propostas feitas tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa.

5.5. No que tange ao critério de julgamento, deve-se observar o exarado nos artigos 3º e 4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto para a contratação de bens, serviços e obras:

*"Art. 3º O critério de julgamento de menor preço ou maior desconto será adotado quando o estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que excederem os requisitos mínimos das especificações não forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração."*

*"Art. 4º O critério de julgamento de menor preço ou maior desconto será adotado:*

*I - na modalidade pregão, obrigatoriamente;*

*II - na modalidade concorrência, observado o art. 3º;*

*III - na fase competitiva da modalidade diálogo competitivo, quando for entendido como o mais adequado à solução identificada na fase de diálogo."* (grifo nosso)

5.6. Ressalta-se que o presente estudo busca identificar as peculiaridades do bem a ser contratado e definir as especificações mínimas necessárias para eficiência da sua execução, não se vislumbrando qualquer conveniência na aceitação de custos maiores. Dessa maneira, impõe-se a adoção do **critério de menor preço**.

5.7. Considerando tratar-se de **aquisição de água mineral natural, potável e não gasosa**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado e com normatização pré-estabelecida, e avaliando que a seleção deve se dar pelo critério de menor preço, evidencia-se aplicável a modalidade pregão, consoante conceituado no inc. art. 6º, XLI, e art. 29 da Lei 14.133, de 2021:

*"Art. 6º...*

*[...]*

*XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;*

*Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.*

*Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei."*

5.8. Concluindo-se pela aplicação da modalidade pregão, deve-se atentar que esta deverá utilizar sua forma eletrônica, consoante preceitua a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 2022, em seu art. 1º, § 1º, a saber:

*"Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.*

*§ 1º É obrigatória a utilização da forma eletrônica nas licitações de que trata esta Instrução Normativa pelos órgãos e entidades de que trata o caput.*

*§ 2º Será admitida, excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente, a utilização da forma presencial nas licitações de que trata esta Instrução Normativa, desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a Administração na realização da forma eletrônica, devendo-se observar o disposto nos §§ 2º e 5º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021."* (grifo nosso)

## 6. Levantamento de Mercado

6.1. Dentre as soluções encontradas no mercado para a necessidade de suprimento de água potável, estão a utilização de bebedouros ou purificadores de água. Considerando que as unidades operacionais e delegacias da Superintendência da PRF na Bahia conta com bebedouros de galão nas suas dependências, e que a instalação de purificadores de água demandaria adaptações hidráulicas e estruturais, que a curto prazo se mostram inviáveis, a melhor opção que atende as necessidades da SPRF/BA, no momento, é a aquisição de galões de água retornáveis.

6.2. A solução que atende os interesses e necessidades da Administração é a aquisição de galões de 20 litros de água mineral natural, potável e não gasosa, de forma parcelada, através de empresas especializadas.

6.3. Considerando a análise do mercado e contratações públicas, a Equipe de Planejamento da Contratação elaborou três cenários que poderão atender a demanda apresentada no Documento de Formalização da Demanda nº 167/24.

CENÁRIO 01	
Descrição	Locação de galões
<b>Análise do Cenário</b>	Conforme o mercado, não há como alugar os galões. Importante frisar que os bebedouros já encontram-se nas unidades da SPRF-BA.

CENÁRIO 02	
Descrição	Aquisição sob a modalidade de pregão eletrônico
<b>Análise do Cenário</b>	<p>Considerando que o ordenamento jurídico impõe como regra o procedimento licitatório e que a presente necessidade é perene no órgão, a aquisição por meio do pregão eletrônico aparece como segundo cenário. Destaca-se as vantagens e desvantagem da referida escolha:</p> <p><b>Vantagens:</b></p> <p>1) Otimizar a gestão de diversos contratos com datas de término distintas, conforme consta na planilha do item 2.5. deste Estudo, concentrando as compras em um único processo licitatório mais eficiente e planejado.</p> <p>2) Realizar um planejamento mais detalhado das necessidades das diversas unidades, em períodos diferentes, garantindo que todas sejam atendidas de forma mais eficiente.</p> <p>3) Evitar o fracionamento indevido da despesa, que pode gerar custos adicionais e até mesmo configurar irregularidades.</p> <p><b>Desvantagens:</b></p> <p>1) O rito processual licitatório mais demorado, podendo haver um descompasso entre a necessidade e a duração do processo licitatório.</p> <p><b>Após analisadas as vantagens e desvantagens da adoção do Pregão para a aquisição pretendida, conclui-se que a contratação coaduna com o objetivo. A forma de contratação se apresenta como uma boa forma de execução da política porque viabiliza à PRF a expansão das suas políticas sem comprometer os recursos financeiros e otimizando a eficiência na contratação.</b></p>

6.4. Diante dos cenários apresentados, a EPC entende que a escolha do segundo cenário, "Pregão Eletrônico", apresenta a melhor solução a ser adotada pela Administração.

## 7. Descrição da solução como um todo

7.1. O líquido **água mineral natural, sem gás**, objeto da contratação, deve atender às características microbiológicas e não conter concentrações acima dos limites máximos permitidos das substâncias químicas prejudiciais à saúde, estabelecida em Regulamento Técnico próprio, especialmente, a Instrução Normativa nº 60, de 2019, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

7.2. A embalagem, retornável ou descartável, deve ser isenta de danos físicos como amassamentos, fissuras ou qualquer outra avaria que possa comprometer a qualidade da água mineral natural e, ainda, deve atender às especificações da Anvisa e às normas ABNT NBR nº 14.222/2019 - Embalagem plástica para água mineral e potável de mesa - Garrafão retornável - Requisitos e métodos de ensaio e NBR nº 15.395/2006, que estabelece os requisitos mínimos de qualidade e os métodos de ensaio exigíveis para garrafas sopradas de PET, personalizadas ou genéricas, não retornáveis, destinadas ao acondicionamento de refrigerantes e águas, e em legislação específica.

7.3. O rótulo da embalagem deve ser aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), conforme dispõe a Portaria MME nº 470, de 1999.

7.4. As especificações referentes ao envase, fechamento, armazenamento, transporte e certificação devem seguir as exigências contidas na Resolução RDC nº 173, de 2006, da Anvisa, e em legislação específica.

### Descrição dos itens:

#### 7.5.. Item 1: Água mineral natural, sem gás, em garrafão retornável:

7.5.1. CATMAT: 445485

7.5.2. Capacidade do garrafão: 20 litros.

7.5.3. Material da embalagem: PET, material polietileno, policarbonato, polipropileno ou outro material aceitável para contato com alimentos e bebidas em conformidade às exigências da Portaria DNPM nº 387, de 2008 e ABNT NBR nº 14.222/2013, que deverão garantir a integridade do produto.

7.5.4. O garrafão deve possuir lacre de segurança, aparência limpa, isenta de manchas, alterações de cor, ranhuras, rachaduras, emendas e amassamentos, bem como não poderá possuir nenhum tipo de resíduos e odores. O gargalo não poderá possuir qualquer tipo de deformações internas ou externas.

7.5.5. A vida útil do garrafão retornável é de até 3 (três) anos, nos termos do inciso I do art. 5º da Portaria DNPM nº 387, de 2008.

7.5.6. Dimensões do garrafão com capacidade de 20 litros:

i. Altura total: 490mm  $\pm$  2,5mm;

ii. Diâmetros: medido no anel de reforço (superior e inferior): 275mm  $\pm$  2,5mm, conforme ABNT NBR nº 14.222/2019.

7.5.7. Validade da água: no mínimo, de 3 (três) meses, contados da data de entrega do produto pelo fornecedor.

7.5.8. Características sensoriais, físicas, químicas e físico-químicas:

- Aspecto: Límpido
- Odor: Característico
- Sabor: Característico
- Cor: Máximo 5 UH (Unidade de Escala Hazen)
- Turbidez: Máximo 3,0 UH (Unidade Jackson ou nefelometria de turbidez).

7.5.9. Características microbiológicas

- Na fonte, poço ou local de urgência e na sua comercialização, a água mineral natural deve ser de tal qualidade que apresente risco à saúde do consumidor (ausência de microrganismos patogênicos) e estar em conformidade com as características microbiológicas definidas na Resolução RCD 54/00 — ANVS — Ministério da Saúde.
- Escheríchia coli ou coliformes (fecais) termotolerantes: ausente em 100 ml
- Contaminante
- Obedecidos aos limites máximos da Resolução RDC 54/00 - ANVS — Ministério da Saúde

#### **Cláusulas de sustentabilidade:**

7.6. Os critérios de sustentabilidade devem abranger cada fase do ciclo de vida do objeto quais sejam: produção (extração, qualidade da água, embalagem), distribuição, uso e destinação final.

7.6.1. Produção:

- a) O processo de extração/produção da água mineral natural deve estar em conformidade à Resolução CNRH/MMA nº 76, de 16 de outubro de 2007. A referida Resolução estabelece diretrizes gerais para a integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão de águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários;
- b) A qualidade da água visa assegurar a segurança e saúde das pessoas no consumo em conformidade à Instrução Normativa ANVISA nº 60, de 23 de dezembro de 2019, que estabelece as listas de padrões microbiológicos para alimentos;
- c) As embalagens primária e secundária do produto devem ser recicláveis e/ou conter percentual de material reciclado em sua composição em observância à norma ABNT NBR 13230/2008 - Embalagens e acondicionamento plásticos recicláveis - Identificação e simbologia.

7.6.2. Distribuição:

- a) Devem ser observadas as disposições da Resolução ANVISA RDC nº 173, de 2006, que dispõe sobre as boas práticas para industrialização e comercialização de água mineral natural.

7.6.3. Uso:

- a) A forma de consumo da água mineral deve evitar desperdício.

7.6.4. Destinação Final:

- a) O descarte das embalagens deve ser realizado de modo a atender à Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 e à NBR 14222/2019 - Embalagem plástica para água mineral e potável de mesa, Garrafão retornável e demais normativos sobre o tema.



## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

### Memória de Cálculo

- 8.1. Para se obter a estimativa das quantidades a serem contratadas, foram levados em considerações o quantitativo dos contratos realizados em 2025 por cada unidade da Superintendência, conforme contratações vigentes.
- 8.2. Para se obter a quantidade estimada anual para a contratação, usou-se o quantitativo maior entre o levantamento feito pelas unidades e a quantidade dos contratos de 2023, os quantitativos iguais foram mantidos, conforme tabela abaixo:

Unidade da SPRF-BA	Quantidade estimada anual para nova contratação	Quantidade dos contratos de 2023	Contrato / nº SEI
DEL 02 - Delegacia em Feira de Santana	720	720	Contrato 1/2025 (SEI nº 62648573)
DEL 04 - Delegacia em Senhor do Bonfim	360	360	Contrato 22/2025 (SEI nº 65984641)
DEL 07 - Delegacia em Paulo Afonso	550	260	Contrato 12/2025 (SEI nº 64395905)
DEL 08 - Delegacia em Vitória da Conquista	650	650	Contrato 13/2025 (SEI nº 64416767)
DEL 09 - Delegacia em Eunapólis	450	450	Contrato 30/2025 (SEI nº 67490113)
UOP de Teixeira de Freitas (unidade operacional)	140	140	Contrato 51/2025 (SEI nº 68098500)

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 90.836,40

- 9.1. O valor total estimado para a contratação é de R\$ 90.836,40 (noventa mil oitocentos trinta e seis reais e quarenta centavos) obtido por pesquisa de preços, conforme Relatório de Pesquisa de Preços e Nota Técnica nº 32/2024.

Item	Catmat	Descrição	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
3	445485	Água mineral natural, sem gás, acondicionada em embalagem retornável. Entrega: DEL 02 - Delegacia em Feira de Santana	Garrafão com capacidade de 20 litros	720	R\$ 12,20	R\$ 8.784,00
5	445485	Água mineral natural, sem gás, acondicionada em embalagem retornável.	Garrafão com capacidade de 20 litros	360	R\$ 11,93	R\$ 4.294,80

		Entrega: DEL 04 - Delegacia em Senhor do Bonfim				
8	445485	Água mineral natural, sem gás, acondicionada em embalagem retornável. Entrega: DEL 07 - Delegacia em Paulo Afonso	Garrafão com capacidade de 20 litros	550	R\$ 11,54	R\$ 6.347,00
9	445485	Água mineral natural, sem gás, acondicionada em embalagem retornável. Entrega: DEL 08 - Delegacia em Vitória da Conquista	Garrafão com capacidade de 20 litros	650	R\$ 12,31	R\$ 8.001,50
10	445485	Água mineral natural, sem gás, acondicionada em embalagem retornável. Entrega: DEL 09 - Delegacia em Eunapólis	Garrafão com capacidade de 20 litros	450	R\$ 13,43	R\$ 6.043,50
13	445485	Água mineral natural, sem gás, acondicionada em embalagem retornável. Entrega: UOP de Teixeira de Freitas (unidade operacional)	Garrafão com capacidade de 20 litros	140	R\$ 16,00	R\$ 2.240,00
					<b>VALOR TOTAL</b>	<b>R\$ 90.836,40</b>

9.2. A natureza da despesa do objeto é 33.90.30.07.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Via de regra, as aquisições da Administração Pública devem atender ao princípio do parcelamento, que deverá ser adotado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133, de 2021:

*"Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:*

*(...)*

*V - atendimento aos princípios:*

*a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;*

***b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;***

*c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.*

*(...)" (grifo nosso)*

10.2. Ocorre que o parcelamento deve ser adotado levando-se em consideração alguns critérios objetivos, descritos no §2º do dispositivo citado:

*"§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:*

*I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;*

***II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e***

*III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado." (grifo nosso)*

10.3. Nesta contratação será usada a divisão em itens (fracionamento), por região, como forma de ampliação da competitividade e, também, devido a peculiaridade da localização de cada unidade da SPRF-BA. Conforme estudos e experiências passadas dos contratos, há questões referentes ao mercado o qual há empresas que entregam em uma determinada localidade da Bahia e, em outras, não entregam.

10.4. Desta forma, a equipe de planejamento e contratação decidiu fracionar o item em regiões da Bahia para que se tenham economicidade e vantajosidade e, assim, não haja prejuízo para órgão.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico 2023-2028, instituído pela PORTARIA DG/PRF Nº 220, DE 27 DE JUNHO DE 2023 da Direção Geral/PRF (SEI nº 49316973), em especial, no que se refere aos seguintes objetivos estratégicos:

- OE-01: fomentar o bem-estar, o desenvolvimento de competências, a disciplina e o desempenho dos servidores;

12.2. A presente contratação está prevista no PCA da PRF para o exercício de 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: P: 00394494010441-0-000011/2026

II) Data de publicação no PNCP: 04/04/2025

III) Id do item no PCA: 138

IV) Classe/Grupo: 8960 - BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS

V) Identificador da Futura Contratação: 200114 - 36/2026

12.3. Diante do exposto, verifica-se que a pretendida contratação possui relação direta com o planejamento do órgão e que, por conseguinte, dado método de elaboração deste planejamento, está alinhada às tendências e demandas futuras do órgão.

## 13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. Com essa contratação, pretende-se manter o fornecimento ininterrupto de água mineral às unidades da Superintendência da PRF na Bahia (SPRF-BA), sem a estocagem desnecessária de garrações no ambiente do órgão.

13.2. A contratação tem inspiração no modelo just in time e que inclui: a racionalização de estoque, a fim de melhorar sua capacidade de armazenamento, por vezes extrapolada em razão da aquisição de bens em grandes parcelas, em geral equivalentes a compras anuais.

13.3. A estratégia de adquirir sob demanda, nas quantidades necessárias e em parcelas, os itens de material de consumo, de modo a evitar sua estocagem, a qual se poderia mostrar onerosa e antieconômica para a Administração, permitindo a ocupação de espaço para além do trânsito necessário, a depreciação do material parado e a redução ou perda da garantia de troca.

13.4. Além disso, o resultado esperado, com a aquisição do objeto em questão, é manter o fornecimento suficiente de água mineral para atender as demandas de consumo da SPRF-BA, de modo a atender as necessidades dos servidores em relação ao consumo de água mineral, importante para a manutenção da saúde e bem estar.

## 14. Providências a serem Adotadas

14.1. Não serão necessárias providências para a adequação do ambiente do órgão nem capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização do contrato. A contratada deverá prever fretes de serviço, sequência de atividades e uso de equipamentos necessários para garantir a entrega dos galões de água mineral.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Não foram identificados possíveis impactos ambientais significativos associados a essa contratação, uma vez que os galões de água são retornáveis.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. O fornecimento de água mineral potável para consumo nas dependências das delegacias e unidades operacionais da Superintendência Regional da Polícia Rodoviária na Bahia, com entrega de forma parcela e contínua é a opção mais vantajosa e econômica para a Administração.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANDRESSA CHAVES TOSTA**

Membro da comissão de contratação

**ANDERSON AMORIM DA SANTA CRUZ**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 31/03/2026 às 17:49:37.*

**TESSIA RYANA MARTINS DE ANDRADE**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 31/03/2026 às 17:50:27.*